O Ministério da Guerra providenciará, por intermédio de um Fundo comum de assistência, no sentido de assegurar em todos os estabelecimentos o tratamento, na doença, dos indivíduos que neles trabalham, bem como no de organizar a protecção e assistência ao pessoal feminino, na gravidez e durante a criação dos filhos até à idade de 4 anos.

BASE XX

Enquanto não forem publicados os regulamentos respectivos, os quadros do pessoal serão os que constam da legislação actualmente em vigor. Quando necessário ou conveniente, os militares dos quadros podem ser substituídos por pessoal técnico civil devidamente habilitado. Mediante autorização do Ministro da Guerra, os estabelecimentos fabris podem ainda contratar, a título permanente ou eventual, o pessoal técnico estrangeiro que as circunstâncias aconselhem.

BASE XXI

As condições do regime de trabalho nos estabelecimentos fabris não poderão ser inferiores às estabelecidas na legislação geral sobre os contratos de trabalho por que se regem as empresas privadas.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Março de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO (ARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caetano da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria Geral

Decreto-lei n.º 36:187

Tornando-se necessário proceder à constituição da Comissão Nacional de Organização da Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (Food and Agriculture Organisation of the United Nations — F. A. O.), em harmonia com as declarações feitas na Conferência reunida em Copenhague no mês de Setembro findo;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada no Ministério dos Negócios Estrangeiros a Comissão Nacional de Organização da Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (F. A. O.), à qual incumbirá:

1.º Estabelecer e manter relações entre Portugal e a F. A. O.;

2.º Recolher e fornecer todas as informações que forem solicitadas por aquela organização internacional, particularmente as relativas à agricultura, à silvicultura e às pescarias.

Art. 2.º A Comissão Nacional será constituída por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um secretário técnico e representantes da agricultura, da silvicultura, das pescarias, da pecuária, das colónias, dos serviços de investigação científica agrícola, dos serviços de estatística e da organização corporativa, todos nomeados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, de

acordo com os Ministros da Economia e das Finanças ou das Colónias, segundo as organizações ou serviços a que pertencerem.

§ único. O vice-presidente da Comissão será escolhido de entre os representantes indicados no corpo deste artigo.

Art. 3.º A Comissão Nacional da F. A. O. poderá propor a criação de subcomissões que, para maior eficiência dos seus trabalhos, forem julgadas necessárias.

Art. 4.º Poderá a Comissão Nacional da F. A. O. utilizar, mediante prévia autorização do respectivo Ministro, os serviços de qualquer dos Ministérios cujas funções estejam relacionadas com as actividades da F. A. O.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Março de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO (ARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caetano da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 36:188

Organizada e em funcionamento a Direcção do Serviço de Fiscalização da Intendência Geral dos Abastecimentos, promove-se agora a extinção da Secção de Fiscalização, a que estiveram atribuídos os serviços cometidos àquela Direcção.

E, considerando o número e a natureza dos processos decorrentes dos delitos de carácter antieconómico, cria-se na Intendência Geral uma Secção de Contencioso.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extinta a Secção de Fiscalização da Intendência Geral dos Abastecimentos.

Art. 2.º É criada na Intendência Geral dos Abastecimentos a Secção de Contencioso, com as atribuições seguintes:

1.º Dar parecer sobre as questões de carácter jurídico que sejam postas à Intendência Geral dos Abastecimentos e em especial promover o aperfeiçoamento das disposições reguladoras da prevenção e repressão dos delitos de natureza antieconómica;

2.º Estudar, informar e promover o andamento dos processos remetidos à Intendência Geral dos Abastecimentos pelas diversas entidades fiscalizadoras;

3.º Informar o intendente geral sobre os processos em que haja lugar a aplicar o disposto no artigo 26.º do decreto-lei n.º 35:809, de 16 de Agosto de 1946;

4.º Exercer as demais funções que lhe sejam cometidas pelo intendente geral.

§ único. Nos termos do artigo 16.º do decreto-lei n.º 35:007, de 13 de Outubro de 1945, considera-se delegada na Secção de Contencioso a competência para proceder à instrução preparatória nos processos que tenham por objecto crimes de açambarcamento, especulação, contra a economia nacional, matança clandestina, falta de exactidão de manifestos, circulação ou trans-

porte irregular de mercadorias ou produtos, infracção dos preceitos estabelecidos sobre racionamento, restrições alimentares e fabrico e venda de pastelaria. Esta competência não é limitada territorialmente.

Art. 3.º O intendente geral poderá distribuir o pessoal da extinta Secção de Fiscalização pelos diversos serviços da Intendência Geral dos Abastecimentos.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Março de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Augusto Cancellia de Abreu* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *José Caeiro da Matta* — *José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich* — *Teófilo Duarte* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Daniel Maria Vieira Barbosa* — *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Decreto-lei n.º 36:189

Convindo regular, por forma semelhante à seguida em outros serviços públicos, o provimento nos lugares do quadro permanente da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos dos funcionários que excederam o limite de idade previsto na lei, embora ao serviço da mesma Direcção Geral;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os funcionários contratados para os lugares técnicos dos quadros eventuais da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos ao abrigo do disposto no decreto-lei n.º 29:725, de 28 de Junho de 1939, e no decreto n.º 32:794, de 14 de Maio de 1943, podem ser providos em lugares permanentes daquela Direcção Geral, ainda que tenham excedido a idade fixada no artigo 4.º do decreto-lei n.º 16:563, de 2 de Março de 1929, desde que tenham sido contratados com idade inferior a esse limite e se tenham mantido ao serviço sem interrupção e com boas informações.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Março de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Augusto Cancellia de Abreu* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *José Caeiro da Matta* — *José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich* — *Teófilo Duarte* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Daniel Maria Vieira Barbosa* — *Manuel Gomes de Araújo*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Decreto n.º 36:190

A Companhia de Carvão e Cimentos do Cabo Mondego, sociedade anónima de responsabilidade limitada, com sede no Porto, concessionária do Couto Mineiro do Cabo Mondego e Indústrias Anexas, requereu que fosse declarada de utilidade pública a expropriação de algumas parcelas de terreno necessárias à edificação das suas instalações fabris.

Organizado e devidamente informado o respectivo processo e prestada a competente caução, foi o pedido presente ao Conselho de Ministros, que o considerou em termos de merecer deferimento.

Por isso:

Nos termos do artigo 3.º do decreto-lei n.º 33:502, de 21 de Janeiro de 1944;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É declarada de utilidade pública, nos termos do decreto-lei n.º 33:502, de 21 de Janeiro de 1944, a expropriação dos terrenos situados na freguesia de Buarcos, concelho da Figueira da Foz, e a seguir indicados, para o efeito de neles se edificarem as fábricas de cimento, de chapa de vidro e de garrafas e garrações autorizadas à Companhia de Carvão e Cimentos do Cabo Mondego, sociedade anónima de responsabilidade limitada, por despachos ministeriais dados nos termos da lei n.º 1:956, de 17 de Maio de 1937:

a) *Parcela n.º 2* — Terreno de cultura com a área de 1:720 metros quadrados, pertencente a José de Lemos, descrito na respectiva Conservatória do Registo Predial no livro B-59, a fl. 29 v, sob o n.º 22:307, e inscrito na matriz predial sob o artigo 189, o qual confronta do norte com a expropriante, do sul com o proprietário desta parcela, do nascente com a vala de água e do poente com a estrada nacional n.º 9-1.ª, ramal para o Farol Novo;

b) *Parcela n.º 3* — Terreno de cultura com a área de 3:190 metros quadrados, pertencente a José de Lemos, descrito na respectiva Conservatória do Registo Predial no livro B-59, a fl. 33, sob o n.º 22:314, e inscrito na matriz predial sob o artigo 192, o qual confronta do norte e sul com o proprietário desta parcela, do nascente com a vala de água e do poente com a estrada nacional n.º 9-1.ª, ramal para o Farol Novo;

c) *Parcela n.º 4* — Terreno de cultura com a área de 2:160 metros quadrados, pertencente a José de Lemos, descrito na respectiva Conservatória do Registo Predial no livro B-104, a fl. 95 v, sob o n.º 40:259, e inscrito na matriz predial sob o artigo 190, o qual confronta do norte com o proprietário desta parcela, do sul com o Dr. Celestino Maia, do nascente com a vala de água e do poente com a estrada nacional n.º 9-1.ª, ramal para o Farol Novo;

d) *Parcela n.º 5* — Terreno de cultura com a área de 7:710 metros quadrados, pertencente ao Dr. Celestino Maia, o qual não se encontra descrito na respectiva Conservatória do Registo Predial, mas está inscrito na matriz predial sob o artigo 2:627 e confronta do norte com José de Lemos, do nascente com a vala de água, do sul com o Dr. António Rodrigues de Azevedo e Leonel da Silva e do poente com a estrada nacional n.º 9-1.ª, ramal para o Farol Novo;

e) *Parcela n.º 6* — Terreno de cultura com a área de 5:610 metros quadrados, pertencente ao Dr. António Rodrigues de Azevedo, descrito na respectiva Conservatória do Registo Predial no livro B-105, a fl. 163, sob o n.º 40:775, e inscrito na matriz predial sob o artigo 191 ^o/₁₀, o qual confronta do norte com o Dr. Celestino Maia, do nascente com Leonel da Silva, do sul com a estrada nacional n.º 9-1.ª, ramal para o Farol Novo, a expropriante e Joaquim Pereira Gaspar e do poente com a referida estrada nacional;

f) *Parcela n.º 7* — Terreno inculto, com 541 metros quadrados, e uma casa de rés-do-chão com a área aproximada de 20 metros quadrados, construída parcialmente em tabique, pertencente a Joaquim Pereira Gaspar, que não estão inscritos na respectiva Conservatória do Registo Predial, estando o terreno inscrito na matriz predial sob o artigo 191 ^o/₂₀, confrontando do norte com o Dr. António Rodrigues de Azevedo, do sul e nascente com a expropriante e do poente com a estrada nacional n.º 9-1.ª, ramal para o Farol Novo;